

"Todo o conteúdo publicado neste espaço (IB) é de inteira responsabilidade da entidade de base que o assinar. A FASUBRA se exime de qualquer responsabilidade pelo conteúdo publicado neste espaço".

Nota Pública SindTtae

Considerando o artigo 1º da Constituição Federal de 1988, que afirma que o Brasil é um Estado democrático de direito e tem como um de seus princípios fundamentais o pluralismo político e também o artigo 56 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96 que afirma que as instituições públicas de Educação Superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, o SindTtae se posiciona DE MANEIRA VEEMENTEMENTE CONTRÁRIA a qualquer tentativa de ferir a autonomia universitária das instituições públicas de Ensino Superior no que diz respeito à nomeação de reitores.

O SindTtae reforça que viver o Estado democrático de direito é respeitar os processos democráticos desenvolvidos no interior das comunidades universitárias e qualquer decisão contrária a esse princípio representa um ataque direto à Constituição Brasileira.

O SindTtae acompanha com atenção o processo de nomeação do reitor da UFTM que mesmo depois de cumpridos todos os requisitos legais, decorrentes do processo eleitoral ocorrido em 2018, se encontra sem reitor legítimo há 157 dias.

Diante da notícia veiculada pela Folha de São Paulo de 22/01/2019, de que a Presidência da República estuda nomear o segundo lugar da lista tríplice de reitor encaminhada pela UFTM ao Ministério da Educação, o SindTtae espera posicionamento ético, republicano e democrático de todos os integrantes dessa lista. A nomeação do reitor da UFTM precisa respeitar princípios DEMOCRÁTICOS, ÉTICOS e POLÍTICOS para se efetivar de maneira LEGÍTIMA e isso só é possível se houver respeito ao primeiro colocado da lista tríplice votada pelo Conselho Superior da universidade. Qualquer decisão diferente dessa, provocaria grandes prejuízos ao desenvolvimento da universidade.

O SindTtae conclama servidores técnico-administrativos, professores, estudantes das instituições de ensino superior, além de outros sindicatos, associações e demais organismos da sociedade organizada comprometidos com o Estado democrático de direito a tomar parte nessa luta, em defesa da universidade pública brasileira laica, gratuita, livre, de qualidade, patrimônio nacional construído pelas lutas de tantos brasileiros.
